

Assignatura

Assignatura em Ovar semestre 500 rs.
Com estampilha..... 600
Fóra do reino accresce o porte do correio.

Annunciam-se obras litterarias em roca de dous exemplares.

Pagamento adiantado

Redacção e administração
rua d'Arruella n.º 119

O POVO D'OVAR

Publicações

Publicações no corpo do jornal 60 rs a linha.

Annuncios e communicados a 50 rs linha.

Repetições..... 20 rs. a linha

Annuncios permanente 5

Folha avulsa..... 40 rs

DIRECTOR—FRANCISCO FRAGATEIRO

Facciosismo politico

O partido progressista, o partido, que a si dava o pomposo titulo de ultra-democratico, que se tornava intoleravel no ataque desde que os seus adversarios ferissem, ainda ao de leve, qualquer manifestação da liberdade politica, subindo ao poder abusou e continua abusando largamente da força, que dimana d'esse mesmo poder, para assassinar a liberdade e os direitos individuaes.

O mais requintado espirito de facciosismo sobesabe de cada um dos seus actos: é a norma que o dirige para conseguir sustentar-se contra os protestos, as reclamações e as revoltas do povo esmagado pelas violencias, indignado pelo cynismo dos governantes. Cynicos, quando atacados por ter recebido, de luvas, centenas de contos para fazer votar o monopolio dos tabacos, quando accusados de ter recebido do empreiteiro das obras do porto de Lisboa grossas quantias de dinheiro para o exonerar de construcções carissimas mencionadas no contracto que se elaborou em face do concurso, respondem com a chacota ou com a diatribe á imprensa que analisa e verbera justamente os seus actos, á imprensa que rebaixaram para melhor poder agarrar as pastas que a cada momento enlameam.

Antes do periodo eleitoral, que lhes assegurou uma maioria nulla e condemnada pela opinião publica passados poucos mezes de ter tomado assento na camara popular, transferiam e demittiam todos os empregados, sem respeito pela idade, pela aptidão e pelos serviços prestados, desde que elles não subscrivessem ás imposições illegaes dos diversos regulos, dos despoticos correligionarios das localidades: addiram ás repartições dos districtos os escrivães da fazenda para comprar os votos dos influentes que tinham afilhados para despachar. Não attendiam ao bem publico, ás necessidades do paiz; era ao facciosismo que sacrificavam tudo, tudo contanto que o partido possesse ter elementos de vida, podessem mostrar ao rei que tinham força politica.

Durante as eleições mostraram o facciosissimo a toda a sua altura. A força militar, com que se punha em rigoroso estado de sitio os concelhos e os circulos onde os adversarios tinham maior força, servia de protecção aos caceteiros que, conjunctamente com as auctoridades administrativas, espancavam, feriam e assassinavam os eleitores. Isto não se deu em um ou outro concelho e circulo por excepção, deu-se em muitos, na maior parte. Em cada districto um capitão-mór surprehendia nas hostes aguerridas dos facinoras e estes reclamavam o apoio preciso para vencer. Não

queremos agora repetir o que se passou no districto d'Aveiro e especialmente n'este circulo, porque essa historia não é mais do que a de muitos outros districtos com pequenas variantes, variantes que provinham em regra do caracter do capitão-mór, e não dos poderes descriptivos que o ministerio punha sempre á disposição d'aquelle.

Passado este periodo verdadeiramente anormal, vieram os premios aos mais ardentes correligionarios, que pelas suas prepotencias e crimes sobesabiram entre os facciosos. E os despachos succederam-se, e as secretarias atulharam, e as repartições da fazenda dos districtos viram crescer todos os dias o numero dos addidos, e planearam-se reformas para augmentar o numero de empregos. Era um bota-fóra como nunca se vira, mas um bota-fóra originado apenas pelo facciosismo politico: tal como, após o vencimento do liberalismo sobre o absolutismo, o fóra a yenda dos conventos e o despacho dos vencedores.

A consequencia fatal de semelhante systema de governar era a criação de novos impostos. Apareceu a cerebrina lei das licenças para trabalhar, e conjunctamente procedeu se á reforma das matrizes. O pensamento d'esta ultima medida não era decerto tornar igual o imposto sobre a propriedade, não, era ainda o desejo de premiar os correligionarios com boas remunerações pagas pelo thesouro publico, nomeando-os louvados.

O imposto das licenças, a reforma das matrizes e, como addicional, o inquerito agricola insurgiram o povo contra o ministerio, que, em pouco mais de um anno e meio, tinha dado prova completa da sua incapacidade governativa. A insurreição principiou por pequenos protestos a que o ministerio respondeu com os fuzilamentos de Pombal, da Madeira, das Febres: depois tomou caracter bem mais ameaçador, mas a prova estava dada. Elles, os ultra-democraticos, que em opposição bateriam os adversarios por, sequer, effectuarem prisões d'alguns populares, são os que no poder abusam dos meios coercitivos até aos fuzilamentos.

Mas victimar o povo indefeso, que reclamava contra as expulções, era ainda bem pouco. Tornava-se necessario ferir a liberdade no seu proprio seio, desprestigiar uma das suas mais vividas manifestações. E o parlamento foi o lugar onde os apóstolos d'hontem e liberticidas d'hoje, pretenderam ferir o combate. Por mais do que uma vez o ministerio quizera cortar a liberdade de discussões aos deputados opposicionistas, por mais do que uma vez quizera monopolisar a faculdade de verberar os adversarios, e prendera já um deputado. Também por mais de uma vez a opposição reprimira energicamente este facciosismo desbragado,

tendo de ir ao ultimo extremo esmagando as imposições. Mas o ministerio não estava satisfeito e precisava ainda de uma prova mais frisante de energia. Houve-a teve-a nas sessões de terça e quarta-feira passadas.

Na primeira d'estas sessões a maioria pretendeu votar um projecto de lei, sem que um dos membros da camara, que tinha pedido a palavra, fizesse as suas considerações: na segunda declarava-se na acta, lida no principio d'essa sessão que o projecto fóra votado. O ministerio com a sua ignara maioria impunha a approvação e confirmação d'um acto falso; a opposição protestou contra o acto em que o presidente da camara era convivente, e tornou esse presidente incompativel com a camara cuja direcção tinha.

O ministerio e a maioria deram assim a prova mais completa e mais frisante do seu imprudente facciosismo.

Mas se o facciosismo que o governo desbragadamente exerce sobre o povo já antes do periodo eleitoral, já durante este, já por occasião dos protestos não encontrou correctivo: encontra o porem quando exercido no parlamento, onde tem de corrigir-se perante a energia dos adversarios.

As obras do Porto de Lisboa

A maioria absolueu, na camara dos deputados, o reo Emydio Navarro, das gravissimas accusações feitas pela imprensa e pela nação, e que foram comprovadas, durante a discussão, n'aquella casa do parlamento.

Não se pode dizer que a sentença fosse guardada com impaciencia. Muito antes de que a camara se pronunciasse o resultado era por demais conhecidos, desde que se tomasse em conta o facciosismo e o proprio interesse dos deputados da maioria, membros do tribunal, n'uma questão politica de tal gravidade.

Se o ministerio e especialmente o ministro das obras publicas não logrou fazer tomar a sua defesa aos mais conceituados caudilhos da maioria, por estes não quererem comprometter a sua dignidade, viu ao menos votar em chapa a soldadesca fiel, couseyadora das suas regalias. Por interesse, por favor e por facciosismo esta procedeu assim.

Apesar do reo Emydio Navarro ter declarado aceitar isoladamente a responsabilidade na adjudicação das obras do porto de Lisboa e na modificação introduzida posteriormente pela portaria d'agosto do anno passado em virtude da qual o empreiteiro belga Hersent realisou um lucro não infe-

rior a 2:000 rontos: é certo que a sua condemnação arrastaria a de toda a situação: o ministerio ver-se-ia obrigado a demittir-se; as camaras seriam dissolvidas, e os deputados voltariam a pedir ao povo lhes confirmasse os mandatos, muitos d'entre elles já com a certeza de que o povo responderia negativamente tal supplica.

Era pois evidente que a maioria por interesse proprio não condemnaria o ministerio.

Mas quando as accusações são de tal magnitude que não só prejudicam a confiança politica, mas vão ao ponto de ferir a dignidade pessoal, a honra do accusado: quando essas accusações se verificam e provam pelos documentos a ponto do ministro se ver obrigado a abusar da sua posição para forçar outros documentos que ainda assim nada reputam: quando a opinião publica se tem manifestado já tão claramente, é pouco muitissimo pouco uma votação para cobrir esse ministro, para lhe restituir a confiança de que carece para continuar a gerir a sua pasta. A votação assim dada, sem destruir as bases em que a accusação se fundou, pode addiar a crise mas não a resolve; pode livrar o accusado das responsabilidades effectivas perante a lei, mas não o lava da nodoa.

Ainda ao parlamento não foi levada uma questão que deixasse em peores circumstancias o ministerio. A discussão no parlamento em vez de justificar, em parte sequer, o procedimento dos ministros provou contra elles mais do que a imprensa nos seus ataques. Cada defeza que se pretendia levantar era desde logo considerada uma derrota; e por isso, passado pouco tempo, a maioria se viu obrigada a abafar a discussão, que todos os dias a prejudicava de mais em mais.

Quando a imprensa deu mais publicidade ao boato de que o empreiteiro belga distribuirá 600 contos de luvas, afóra os 150 contos dados ao conde de Burnay, para a adjudicação das obras do porto de Lisboa, o snr. Emydio Navarro declarou no jornal, de que é director, ser manifestamente absurdo taes boatos, pois que o empreiteiro apenas poderia ganhar 400 contos.

Poucos dias depois o mesmo jornal e o mesmo ministro apertado pelas provas resultantes de diferentes documentos que a imprensa adversa lhe mostrava respondia que os lucros não podiam ser inferiores a 1:800 a 2:000 contos, vistos as obras importantes e custosas a fazer.

Quando o reo Emydio Navarro declarou que o empreiteiro apenas devia ganhar 400 contos desafiou qualquer engenheiro da opposição a provar-lhe que os lucros excediam tal importancia: provaram-lhe exuberantemente e elle teve de desdizer a sua primeira asserção.

Foi depois participado ao tribunal criminal essa putrida historia dos bouds Hersent; chegará-se

a incriminar diferentes pessoas: os progressistas arremessavam a alguns dos vultos regeneradores a cumplicidade, cumplicidade que estes repelliram e procuraram no tribunal averiguar. Mas é certo que tal historia se não resolve, porque o tribunal opprimido apresenta, forja a cada momento embaraços; e quando uma testemunha, Pinheiro Chagas, tem de depor é inesperadamente, sem motivo algum agredida impedida de fazer juramento.

Relacionem-se, comparem-se as asserções o procedimento sempre diverso, sempre contradictorio do ministro, que ainda ha pouco era pobre, e hoje é rico, será possivel que uma simples votação o lave das accusações fundadas e comprovadas?

A intriga e a mentira

Francamente, os *escriptores* do bando, aquelles a quem está confiada a defesa de todos os tranpolinicos, para pouco mais servem do que para intrigar e mentir. Tiram-os d'esse campo e só produzirão um acervo de disparates.

Disseram que o digno deputado pelo Porto, o snr. dr. Arroyo, tinha proferido, no parlamento, injurias baixas, e gratuitas contra o povo d'este concelho; e nós mostrámos-lhes que, não injurias, mas accusações graves e fundadas, comprovadissimas por testemunhas, pelo procedimento d'um homem imparcial e por um processo crime que corre n'este juizo, foram feitas, no parlamento, por aquelle intelligente deputado ao bando progressista que n'esta villa tem perpetrado os maiores attentados contra a liberdade individual, contra a vida de muitos cidadãos. Seriam injurias gratuitas e baixas dizer o snr. Arroyo que o bando arruacou no proprio tribunal d'esta comarca o snr. juiz dr. Manoel Antonio Vieira Xavier quando este acabava de condemnar José Manoel Romão? Seria injuria haixa e gratuita dizer que esse bando tem perpetrado diferentes tentativas de homicidio? E os homens que taes attentados praticam não são bandidos? Bandidos, sim, bandidos é o unico nome que de direito cabe a essa gente, que desde já vae dando razão ao illustre deputado, usando de tal nome.

Protestem á vontade contra o procedimento digno e correcto do illustre deputado pelo Porto, porque elle, levantando a sua auctorisadissima voz no parlamento para pedir providencias em favor d'um concelho victimado pelos caceteiros, mostrou ao snr. José Luciano e mano Mattozo que era tempo de acabar com os crimes e dar de mão aos criminosos que se fiam

